

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 5ª edição (à guisa de apresentação).....</b>	<b>19</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>25</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo I ► Introdução ao Direito das Sucessões .....</b>	<b>29</b>
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	30
2. Objeto da sucessão hereditária (causa mortis): a transmissão patrimonial .....	32
2.1 A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas.....	32
2.2 Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais .....	34
2.3 A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório.....	38
2.4 A situação especial das obrigações <i>propter rem</i> .....	41
2.5. Contas bancárias conjuntas .....	42
2.6. Seguro de vida.....	43
2.7 A herança digital: a interessante transmissão dos bens digitais.....	44
3. O direito das sucessões .....	47
3.1 O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica.....	47
3.2 A sucessão na perspectiva constitucional .....	48
3.3 O Direito das Sucessões na perspectiva de inclusão e garantismo do Direito das Famílias .....	50
3.4 Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios).....	51
3.5 A função social da sucessão.....	54
3.6 Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões .....	55
3.7 Conteúdo do Direito das Sucessões .....	58
4. Terminologias essenciais.....	59
4.1 Autor da herança ou <i>de cuius</i> .....	59
4.2 Sucessor: herdeiro ou legatário .....	59
4.3 Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	60
4.4 A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) em uma necessária visão crítica .....	64
4.4.1. Noções gerais sobre a legítima.....	64
4.4.2. Fundamentação da legítima e os seus diferentes tratamentos jurídicos.....	66
4.4.3. Cálculo da legítima.....	68
4.4.4. Proposições para a mitigação da legítima através da técnica de derrotabilidade das normas-regras .....	70
4.4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	74
4.5 Herdeiro universal .....	76
4.6 Herança e espólio .....	77

4.7	Herança e meação.....	79
4.8	Herança e a aceitação com benefício de inventário .....	80
4.9	Inventário e partilha .....	81
5.	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito das Sucessões .....	83
6.	O planejamento sucessório .....	87

## **Capítulo II ► Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral) ..... 95**

1.	Linhas gerais sobre a morte .....	96
1.1	Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte .....	96
1.2	A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro .....	98
1.3	A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência) .....	100
1.4	O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i> ) .....	102
1.5	A comoriência .....	110
1.6	A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial .....	113
2.	A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	120
2.1	A abertura da sucessão .....	120
2.2	Outros efeitos decorrentes da transmissão automática ( <i>saisine</i> ) .....	125
2.2.1	Generalidades.....	125
2.2.2	Fixação da norma material sucessória.....	125
2.2.3	Verificação da legitimação sucessória.....	128
2.2.4	O cálculo da legítima .....	129
2.3	O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário .....	132
3.	A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	137
3.1	Prolegômenos sobre a legitimação sucessória.....	137
3.2	Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	139
3.3	A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial .....	140
3.4	Legitimação para suceder por testamento.....	146
3.5	A falta de legitimação para a sucessão testamentária .....	150
4.	A indignidade e a deserdação.....	157
4.1	Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação .....	157
4.2	Natureza jurídica da indignidade e da deserdação .....	159
4.3	Necessidade de reconhecimento judicial .....	160
4.4	Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	164
4.5	O indigno ou deserddado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé .....	167
4.6	A indignidade .....	168
4.6.1	Generalidades .....	168
4.6.2	Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação .....	170
4.6.3	Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	171
4.6.4	A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. .... 1.814); a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística .....	173
4.6.5	Hipóteses de cabimento .....	176
4.6.6	A ação de indignidade (aspectos processuais da indignidade) .....	183

4.6.7	Reabilitação do indigno (perdão do ofendido) .....	190
4.7	A deserdação .....	193
4.7.1	Noções gerais .....	193
4.7.2	Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários.....	195
4.7.3	Pressupostos da deserdação.....	200
4.7.4	Causas deserdativas dos herdeiros necessários .....	204
4.7.5	A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i> .....	211
4.7.6	O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	213
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança) .....	213
5.1	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	213
5.2	Direito de preferência ou prelação (preempção).....	215
5.3	Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	225
5.4	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário.....	228
5.5	Efeitos da cessão de direitos hereditários .....	230
6.	A aceitação da herança .....	231
6.1	Breve esboço histórico.....	231
6.2	Noções conceituais .....	232
6.3	Aceitação da herança com benefício de inventário .....	234
6.4	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade) .....	235
6.5	Integralidade da aceitação .....	237
6.6	Formas de aceitação da herança .....	239
6.7	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança .....	241
7.	A renúncia da herança.....	244
7.1	Generalidades e noções conceituais .....	244
7.2	Requisitos da renúncia da herança .....	246
7.3	Efeitos da renúncia da herança.....	250
7.4	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	253
7.5	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar).....	254
7.6	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa) .....	257
8.	A petição de herança .....	258
8.1	Noções gerais sobre a petição de herança.....	258
8.2	Natureza jurídica da ação de petição de herança .....	262
8.3	Legitimados para a ação de petição de herança .....	264
8.4	O objeto da petição de herança.....	266
8.5	A prescritibilidade da pretensão de petição de herança.....	267
8.6	Efeitos da petição de herança.....	271
8.7	A petição de herança e o herdeiro aparente.....	273

### **Capítulo III ► A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei) ..... 277**

1.	Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima.....	278
2.	A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	282
3.	A herança jacente e a herança vacante.....	291
3.1	Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído (testamentário) .....	291
3.2	A herança jacente .....	293

3.3	A herança vacante.....	294
3.4	Abertura simplificada da vacância .....	296
3.5	Direito de cobrança de créditos .....	297
4.	A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	298
4.1	Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação .....	298
4.2	Fundamentos da sucessão por representação .....	299
4.3	Campo de aplicação da sucessão por representação.....	300
4.4	Linhas de incidência da sucessão por representação.....	302
4.5	Pressupostos para a sucessão por representação .....	304
4.6	Efeitos da sucessão por representação .....	306
5.	A sucessão dos descendentes.....	307
5.1	Generalidades sobre a sucessão dos descendentes .....	307
5.2	Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes .....	307
5.3	A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade .....	311
6.	A sucessão dos ascendentes.....	314
7.	A sucessão do cônjuge.....	318
7.1	Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	318
7.2	A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil .....	322
7.3	A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, independentemente de lapso temporal.....	325
7.4	A suposta (e inexistente) concorrência sucessória entre o do cônjuge sobrevivente e o companheiro supérstite.....	327
7.5	A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança.....	329
7.5.1	Fundamentos da concorrência entre o cônjuge e os descendentes .....	329
7.5.2	A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	329
7.5.3	A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	334
7.5.4	Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes .....	343
7.5.5	Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes .....	345
7.6	A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança .....	347
7.7	O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência).....	350
7.8	O direito real de habitação do cônjuge .....	351
8.	A sucessão do companheiro .....	358
8.1	Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades .....	358
8.2	A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria .....	361
8.3	O sistema sucessório da união estável na redação originária do Código Civil.....	365
8.4	O pressuposto da sucessão do companheiro estabelecida pela redação originária do Código de 2002 (base de cálculo e de incidência do direito à herança na união estável pelas regras codificadas).....	368
8.5	O reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema sucessório do companheiro e a aplicação das regras hereditárias do cônjuge .....	369

8.6	Críticas (merecidas) ao sistema sucessório do casamento e da união estável consagrado pelo Supremo Tribunal Federal .....	374
8.7	Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios.....	377
8.8	Inexistência de concorrência entre o companheiro e os colaterais.....	378
8.9	O caráter residual da herança jacente e vacante e a não concorrência entre o companheiro e a Fazenda Pública.....	379
8.10	O direito real de habitação do companheiro sobrevivente .....	381
8.11	O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório .....	386
8.12	Regra de transição para a aplicação do sistema sucessório do casamento na união estável.....	390
9.	A sucessão dos colaterais .....	392

#### **Capítulo IV ► A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio)..... 397**

1.	Lineamentos sobre o testamento.....	398
1.1	Breve esboço evolutivo .....	398
1.2	A pouca utilização prática da sucessão testamentária.....	401
1.3	A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional.....	402
2.	Noções conceituais, objeto e características do testamento .....	404
2.1	Noções conceituais sobre o testamento .....	404
2.2	O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade .....	406
2.3	A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i> .....	407
2.4	A natureza não testamentária do testamento vital ( <i>living will</i> ou diretivas antecipadas) .....	411
2.5	Características fundamentais do testamento .....	414
2.6	A proibição do pacto sucessório .....	419
3.	Capacidade testamentária .....	421
3.1	Lineamentos gerais.....	421
3.2	A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	422
3.3	Momento de verificação da capacidade testamentária ativa .....	428
3.4	A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder) .....	428
3.5	Prazos especiais para a impugnação do testamento e das cláusulas testamentárias (regras testamentárias distintas da teoria geral dos negócios jurídicos) .....	429
4.	As diferentes formas testamentárias .....	432
4.1	Referências gerais .....	432
4.2	As testemunhas testamentárias .....	435
4.3	Testamento público .....	439
4.4	Testamento cerrado, secreto ou místico.....	443
4.5	Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador) .....	447
4.6	Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico .....	451
4.7	Testamentos especiais: militar .....	453
4.8.	A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos .....	455
4.9.	A cláusula geral de possibilidade de celebração de negócio jurídico atípico pelos interessados com alteração do procedimento .....	458

4.10. A possibilidade de alteração do procedimento sucessório de cumprimento de testamento e de inventário .....	460
5. O codicilo.....	465
5.1 Prolegômenos .....	465
5.2 Noções conceituais .....	466
5.3 Objeto do codicilo.....	468
5.4 Revogação do codicilo .....	470
6. As cláusulas testamentárias.....	471
6.1 Introdução: as disposições testamentárias.....	471
6.2 A nulidade das cláusulas derogatórias .....	472
6.3 Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo) .....	472
6.4 Interpretação das disposições testamentárias.....	478
6.5 Invalidez das disposições testamentárias .....	480
6.6 Nomeação por certo motivo .....	487
6.7 Cláusulas testamentárias restritivas .....	488
6.7.1 Generalidades .....	488
6.7.2 Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	491
6.7.3 Mitigação das cláusulas restritivas .....	496
6.7.4 Extensão temporal da cláusula restritiva.....	499
7. A redução das cláusulas testamentárias .....	500
8. O direito de acrescer.....	503
8.1 Lineamento da matéria.....	503
8.2 O direito de acrescer no campo sucessório .....	505
8.3 Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	508
8.4 Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários .....	510
8.5 Direito de acrescer no legado de usufruto.....	511
9. O testamenteiro.....	511
9.1 Noções gerais .....	511
9.2 Funções do testamenteiro .....	514
9.3 Aceitação do encargo pelo testamenteiro .....	516
9.4 Remuneração do testamenteiro.....	517
10. A substituição testamentária .....	519
10.1 Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária .....	519
10.2 Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	520
10.3 A substituição vulgar ou ordinária .....	520
10.4 A substituição recíproca.....	522
10.5 A substituição fideicomissária.....	523
11. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	527
11.1 Noções gerais sobre a extinção do testamento.....	527
11.2 Extinção do testamento por invalidez.....	528
11.3 Caducidade do testamento.....	533
11.4 Revogação do testamento.....	534
11.5 Rompimento do testamento .....	537
<b>Capítulo V ► Inventários e partilhas.....</b>	<b>541</b>
1. Noções gerais sobre o inventário .....	542

2.	O procedimento de inventário.....	544
2.1	O procedimento contencioso de inventário.....	544
2.2	O inventário negativo.....	545
2.3	Os diferentes procedimentos de inventário.....	548
2.4	O procedimento tradicional de inventário.....	548
2.5	O arrolamento sumário.....	549
2.6	O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo).....	552
2.7	O inventário extrajudicial.....	554
2.8	O alvará judicial.....	560
2.9	A partilha por ato entre vivos.....	562
3.	Competência.....	564
4.	Prazo de abertura.....	569
5.	Legitimidade para a abertura do inventário.....	570
6.	Valor da causa e custas processuais.....	574
7.	Questões de alta indagação.....	575
8.	O inventariante.....	578
8.1	Noções gerais.....	578
8.2	A nomeação do inventariante.....	580
8.3	A inventariança e a representação do espólio.....	583
8.4	As atribuições.....	585
8.5	A remoção e a destituição do inventariante.....	588
9.	O procedimento (comum) de inventário.....	591
9.1	Generalidades.....	591
9.2	Petição inicial.....	592
9.3	As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações).....	592
9.4	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ( <i>custos juris</i> ).....	595
9.5	Impugnações.....	597
9.6	Avaliações.....	598
9.7	As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	600
9.8	Pagamento das dívidas do falecido.....	604
9.9	Sonegados.....	608
9.10	Colação e redução das doações inoficiosas.....	612
9.10.1	Generalidades.....	612
9.10.2	Alcance subjetivo da colação.....	613
9.10.3	Cálculo do bem a ser colacionado.....	615
9.10.4	Dispensa da colação.....	617
9.11	A partilha.....	619
9.11.1	Noções conceituais.....	619
9.11.2	Espécies de partilha.....	622
9.11.3	A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	624
9.11.4	A emenda da partilha e a possibilidade de sobrepartilha.....	629
9.11.5	A eventual necessidade de garantia dos quinhões hereditários.....	633

<b>Bibliografia.....</b>	<b>635</b>
--------------------------	------------